

**LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA:
PESQUISAS, ENSINO E CENÁRIO INSTITUCIONAL
ENTREVISTA COM HELOISA MARIA MOREIRA LIMA DE ALMEIDA SALLES**

*BRAZILIAN SIGN LANGUAGE: RESEARCH, TEACHING AND INSTITUTIONAL SETTING
INTERVIEW WITH HELOISA MARIA MOREIRA LIMA DE ALMEIDA SALLES*

Heloisa Maria Moreira Lima de Almeida Salles¹, Katia Nazareth Moura de Abreu², Eloisa Nascimento Silva Pilati¹, Marcus Antonio Rezende Maia³

¹ Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil
heloisasalles@gmail.com; eloisapilati@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4190-1804>; <https://orcid.org/0000-0003-2895-5557>

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), São Gonçalo, RJ, Brasil
kabreu00@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-8505-4512>

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
maiamarcus@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1583-3334>

Entrevista realizada em maio 2021

Organizadores – Professora Heloisa, o que é a Libras? Qual a natureza da Libras em termos dos princípios universais da linguagem?

Heloisa Maria Moreira Lima de Almeida Salles – A Libras (acrônimo de Língua Brasileira de Sinais) é uma língua natural, que se manifesta na modalidade visual-espacial, como a língua primeira do surdo, tendo em vista as características perceptuais dessas pessoas, em que se verifica impedimento ou dificuldade de acesso à cadeia sonora da fala. A natureza da Libras está estabelecida em bases consistentes, pela análise de um conjunto de propriedades que permitem identificá-la com as línguas naturais. Conforme sistematizado em inúmeros estudos e, neste ponto, recorro a Lillo-Martin e Sandler (2006): (i) línguas de sinais são adquiridas por crianças (surdas), na primeira infância, em fases semelhantes àquelas observadas em crianças ouvintes, (ii) línguas de sinais são faladas espontaneamente, em comunidades surdas, por meio de proposições e enunciados, que se transmitem em tempo idêntico àqueles formulados em línguas orais, com os efeitos desejáveis de mobilizar o interlocutor, definir turnos de fala, informar, (iii) línguas de sinais são usadas para expressar conteúdos inerentes aos contatos familiares, à oratória, às narrativas e à poesia, aos conceitos da ciência, à introspecção, aos sonhos.

Em outros termos, podemos dizer que as línguas de sinais manifestam a propriedade primordial de permitir, por meio de unidades finitas, a estruturação de enunciados completos e infinitos, referida como a criatividade linguística. Tal formulação busca abarcar a complexa definição de uma língua, tendo como respaldo a biolinguística, formulada originalmente por Noam Chomsky, segundo a qual o ser humano é dotado de uma capacidade linguística inata, específica da espécie, que se

manifesta como um atributo mental e, portanto, resultante das atividades do cérebro, que o habilita a gerar e interpretar enunciados jamais produzidos.

Nessa abordagem, a faculdade de linguagem (FL) se manifesta por um sistema definido como Gramática Universal, que se constitui, por hipótese, por unidades finitas, os itens lexicais e funcionais, os quais são dotadas de propriedades semânticas, formais e fonológicas, que se articulam por operações mentais específicas ao funcionamento da linguagem, gerando descrições estruturais, que são submetidas às interfaces intencional-conceitual e sensório-motora da cognição humana (cf. CHOMSKY, 1995). Neste ponto, emergem as especificidades que distinguem as línguas de sinais (LS) das línguas orais (LO), uma vez que, no caso das LS, os enunciados linguísticos são expressos por configurações de mão e por expressões não-manuais (notadamente faciais, mas também movimentos da cabeça e do corpo), o que caracteriza a modalidade visual-espacial, acessível, portanto, às pessoas surdas.

Dessa forma, a Libras, também referida como Língua de Sinais Brasileira, ou LSB, pode ser considerada uma língua natural, assim como as demais línguas de sinais, ao propiciar a expressão do pensamento, pelas atividades de introspecção e pela interlocução com os membros das comunidades que as falam, gerando os produtos sociais e culturais inerentes aos usos linguísticos.

Os estudos que conduzem às conclusões sobre as línguas de sinais são recentes, se comparados com os das línguas orais, e, independentemente da vinculação aos pressupostos teóricos a respeito da natureza do conhecimento linguístico, são unânimes em reconhecer seu estatuto de língua natural, ao tempo em que destacam as especificidades decorrentes da modalidade visual-espacial, com destaque para a possibilidade de uso simultâneo dos signos e dos segmentos formativos dos itens lexicais, em decorrência de sua expressão na intersecção dos planos tridimensionais do espaço. Diferentemente, línguas orais submetem-se mais rigorosamente ao requisito de linearidade, por sua expressão pela articulação de segmentos fônicos, o que impede (ou limita) a ocorrência da simultaneidade – embora o nível suprasegmental seja evidência para a ativação de unidades simultâneas nas LO. Configurando-se como um campo vasto para a pesquisa, os efeitos da modalidade representam um caminho promissor para o entendimento das línguas naturais e de sua manifestação no nível cognitivo e social.

*No horizonte das pesquisas, destacam-se as análises pioneiras da Língua de Sinais Americana (American Sign Language – ASL), produzidas por Carol Neidle, Judy Kegl, Edward Klima, Ursula Beluggi, Diane Lillo-Martin, Deborah Pichler, entre muitos outros, a que se agregam estudos de outras línguas de sinais, cada vez mais abrangentes. Em relação à Libras, merece referência a contribuição pioneira de Lucinda Ferreira Brito, reunida na obra seminal *Por uma gramática da Língua Brasileira de Sinais*, publicada em 1995, que muito inspirou os estudos subsequentes. Destacam-se também os estudos pioneiros de Eulália Fernandes, que abordam o*

bilinguismo dos surdos e as questões cognitivas e educacionais correlatas, a que se seguiram muitos outros, que também não podemos nomear.

Tais estudos enfocam não só a estrutura da língua, mas também as questões sociais e políticas que envolvem seu uso na comunidade surda brasileira. Nesse cenário, a comunidade surda, organizada em torno das demandas políticas, psicossociais e culturais por ela vivenciadas, bem como das questões linguísticas e educacionais, tem sido decisiva, destacando-se a atuação de Nelson Pimenta, Shirley Vilhalva, Myrna Salerno Monteiro, Marianne Stumpf, Karin Strobel, Gladis T. Perlin, Ana Regina Campelo, Falk Soares R. Moreira, entre muitos outros, que não poderia citar nominalmente.

Neste ponto, gostaria de fazer referência especial a Ronice Muller de Quadros, ouvinte, porém, falante da Libras como L1, por ser filha de surdos, que, além da atuação brilhante no estudo científico dessa língua, destaca-se pelo engajamento em favor dos direitos linguísticos da comunidade surda, sobressaindo-se sua liderança na criação, em 2006, do curso de licenciatura e de bacharelado Letras-Libras, na modalidade a distância, pela Universidade Federal de Santa Catarina, com a participação de vários polos acadêmicos em Universidades e Institutos Federais, distribuídos pelo território nacional. Além da formação de professores de Libras e de intérpretes de Libras-Português para atuar na Educação Básica, esse projeto grandioso contribuiu ainda para a formação de docentes e pesquisadores de LS, que passaram a atuar nas instituições de ensino superior, com a desejável consequência de promover o fortalecimento das línguas de sinais e da cidadania surda, constituindo-se como um marco para a educação de surdos em nosso país.

Os estudos das línguas de sinais e da Língua de Sinais Brasileira, em particular, têm se desenvolvido fortemente no sentido de caracterizar a fonologia da língua de sinais, as propriedades do léxico, a estrutura gramatical, o sistema de classificadores, entre outros tópicos, destacando-se a contribuição de Carlos Skliar, Ronice Quadros, Tanya Felipe, Leland McLeary, Evani Viotti, Enilde Faulstich, Lodenir Karnopp, Tarcísio de Arantes Leite, Rossana Finau, Aline Pizzio, entre muitos outros, e uma geração de pesquisadores surdos que hoje desponta nas universidades, entre eles citamos Deonísio Schmitt, Gláucio Castro Jr., Simone Lima da Silva, Carla Damasceno Moraes, citados por Monteiro (2018), no grupo dos surdos que concluíram o doutorado até 2018, e também ouvintes, com contribuições relevantes no campo da linguística da língua de sinais.

Organizadores – Professora Heloisa, como os documentos oficiais da educação brasileira tratam o ensino de Libras? Quais os principais desafios enfrentados por professores que buscam ensinar o português escrito para falantes de Libras?

H. M. M. L. de A. S. – Em relação aos documentos oficiais da educação brasileira, citamos inicialmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a Lei Darcy Ribeiro, em seu Capítulo V, que contempla a questão da educação

especial, trazendo a determinação para a matrícula, na escola comum da rede regular de ensino, das pessoas com necessidades educacionais especiais, ainda que mantenha a possibilidade de atendimento educacional especializado substitutivo à escolarização. Pode-se afirmar que este foi um passo decisivo para a inclusão educacional dessas pessoas, incluindo-se os surdos. No entanto, do ponto de vista da comunidade surda, a inclusão educacional não parece ser uma medida adequada, pela relação com a questão linguística, o que leva a comunidade a reivindicar uma escola bilíngue, em que a língua de sinais seja língua de instrução, e o português, ministrado como segunda língua. A Lei 10.098 (19/12/2000), a chamada Lei de Acessibilidade, traz determinações no sentido de definir normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência.

No entanto, para os surdos, o grande destaque é a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a chamada Lei de Libras, ao reconhecer que a Libras “constitui sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, de comunidades de pessoas surdas do Brasil”, e determinar que o sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal garantam a inclusão, nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras. As consequências institucionais, políticas e sociais dessa lei são profundas e decisivas para o fortalecimento da cidadania surda.

Com a regulamentação da Lei de Libras, pelo Decreto 5.626, de 22/12/2005, determinações são estabelecidas, trazendo avanços para o fortalecimento da comunidade surda ao dispor sobre: (a) inclusão da Libras como disciplina curricular; (b) formação do professor/ instrutor de Libras; (c) uso e difusão da Libras para o acesso da pessoa surda à educação; (d) formação do tradutor e intérprete de Libras e língua portuguesa; (e) garantia do direito à educação e à saúde da pessoa surda, com atuação do poder público e das empresas no uso e difusão da Libras. O decreto dispõe também sobre a oferta de serviços de tradução e interpretação Libras-Língua Portuguesa, nas instituições federais de ensino, de educação básica e superior, em sala de aula e em outros espaços educacionais, em seleções e certames, bem como de equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação. Além disso, estabelece que o poder público deve prover a família de informações e orientações sobre as implicações da surdez e sobre a importância para a criança com perda auditiva ter, desde seu nascimento, acesso à Libras e à Língua Portuguesa. Prevê também que as instituições federais de ensino promovam cursos de formação de professores para (a) o ensino e uso da Libras na educação básica; (b) a tradução e interpretação de Libras-Língua Portuguesa; (c) o ensino da língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua para pessoas surdas, este último entendido como a abordagem adequada para o componente curricular dos estudantes surdos na educação básica. Tendo em vista os marcos legais vigentes, a legislação determina: I – a educação de surdos será bilíngue: Libras (L1) e português (L2); II – a educação linguística será promovida por complementação curricular na

educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; o ensino de Libras e de português como segunda língua (L2) como áreas de conhecimento, como disciplinas curriculares, nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior, com a atuação de intérpretes educacionais – usuários de Libras com formação específica nas áreas de conhecimento/ disciplinas da grade curricular, pedagogia visual e acessibilidade e uso de recursos tecnológicos compatíveis com as demandas perceptuais dos surdos.

O cenário institucional definido pelos marcos legais vem confirmar a responsabilidade do poder público, na formulação de políticas públicas adequadas às demandas da cidadania surda, sendo a educação linguística um pressuposto nesse processo. Nesse sentido, é fundamental aprofundar o conhecimento a respeito do bilinguismo dos surdos, com especial ênfase nos estudos do desenvolvimento linguístico, o que inclui o estudo da língua de sinais, sua aquisição e seu uso, e da interlíngua dos surdos na aquisição de português como segunda língua. A expectativa é que essa investigação possa sustentar uma prática docente construtiva e desafiadora, no sentido de levar os educandos a descobrir o significado social e político do bilinguismo para o desenvolvimento de uma cidadania plena.

Organizadores – Professora Heloisa, conte-nos um pouco sobre as pesquisas desenvolvidas na UnB sobre o ensino de português escrito para falantes de Libras.

H. M. M. L. de A. S. – O desenvolvimento das pesquisas sobre o ensino de português escrito por falantes de Libras na UnB tem vinculação direta com surgimento das Lei de Libras e com o impacto institucional que trouxe para a comunidade surda. Refiro-me ao engajamento da Universidade de Brasília em dois programas de âmbito nacional promovidos pelo Ministério da Educação, a saber o Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos e o Programa Interiorizando Libras. A proposta incluía elaboração de material instrucional e realização de cursos de extensão universitária, com 80 horas de duração, nas diferentes capitais do Brasil, para professores da Educação Básica selecionados, entre os diferentes municípios, pelas Secretarias de Estado de Educação. A realização desses eventos, de alcance nacional, contou com o entusiasmo e a dedicação dos participantes, por um lado, coordenadores, professores e cursistas e, por outro, a Associação de Pais e Amigos da Pessoa Surda do Distrito Federal – APADA, responsável pela execução técnica do orçamento proveniente do FNDE.

Nesse contexto de grande mobilização, e agora respondendo à pergunta, destaco o livro *Ensino de Língua Portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica*, em dois volumes, publicado pela Secretaria de Educação Especial do MEC, de autoria de Heloisa M. M. Lima-Salles, Enilde Faulstich, Orlene Lúcia Carvalho e Ana Adelina Lopo Ramos, que deu suporte acadêmico ao curso de extensão citado anteriormente, contando ainda com a participação de uma equipe de assistentes de pesquisa integrada por Sandra Patrícia Nascimento de Faria, Rosana Cipriano Jacinto

da Silva e Adriana Cristina Chan Vianna, e consultoria dos surdos Gláucia Rosa de Souza e Isaías Leão Machado Félix. Considero que a grande contribuição desse trabalho foi abrir o espaço para esse importante tema, no contexto mais amplo do bilinguismo dos surdos. Formulado em uma linguagem acessível e buscando atender ao objetivo de dar sustentação ao projeto acadêmico do curso de extensão mencionado anteriormente, a obra faz uma breve incursão, no volume 1, na situação linguística e social dos surdos, para, em seguida, apresentar a questão da aquisição do português na modalidade escrita como segunda língua, pelo ponto de vista cognitivo e educacional. Com esse propósito, dedica o segundo volume à apresentação de oficinas para o ensino de vários temas, considerando o ensino dos gêneros textuais, do léxico e da gramática.

Essa atuação motivou a formação de grupos de pesquisa no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, com a desejável consequência de propiciar a produção científica correlata, a formação acadêmica de pesquisadores na área, a formação de professores de surdos e de profissionais intérpretes de Libras-Português. Por seu caráter pioneiro, destaco ainda o Projeto “Português como segunda língua na educação científica de surdos”, realizado, sob minha coordenação, no âmbito do Programa de Educação Especial (PROESP)/MEC, no período de 2005 a 2010, contando, na equipe técnica, com a participação das professoras Enilde Faulstich e Rozana Reigota Naves do Instituto de Letras, dos professores Paulo S. Bretas Salles, do Instituto de Ciências Biológicas e Ricardo Gauche, do Instituto de Química da Universidade de Brasília, reforçando o caráter multidisciplinar dos estudos surdos. Posso afirmar que os resultados desse projeto tiveram grande relevância para o conhecimento científico nessa área. Como forma de repercutir esse conhecimento, destaco a publicação de três obras, que reuniram contribuições dos pesquisadores vinculados ao projeto, bem como de pesquisadores convidados, que trouxeram sua reflexão qualificada.

Cabe mencionar que o Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília atuou como polo acadêmico dos cursos Letras-Libras – licenciatura e bacharelado –, nas edições de 2006 e 2008, integrando, assim, a grande rede que mencionei anteriormente, de promoção da cidadania surda pela afirmação de sua primeira língua – a Língua de Sinais Brasileira.

Merece referência também o curso de especialização “Ensino de Língua Portuguesa como Segunda Língua para Estudantes Surdos”, realizado no período de 2014 a 2015, sob a coordenação da Profa. Enilde Faulstich, em uma parceria entre a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/DPEE/MEC) e a Universidade de Brasília, no âmbito da Rede de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (RENAFORM). Atuei nesse projeto e sou testemunha do engajamento dos professores que receberam a formação e dos resultados obtidos nas monografias de conclusão.

Ao longo dos anos, vários cursos de extensão têm sido realizados de formação de professores para o ensino de português como segunda língua para surdos, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, configurando-se um trabalho de formação continuada. Em minhas participações como docente, nesses cursos, procuro desenvolver metodologias baseadas no entendimento de que o ensino deve adotar uma metodologia baseada na descoberta, em que o conhecimento linguístico é desenvolvido pelo acesso controlado aos dados da língua, cabendo ao estudante identificar os padrões, as regularidades, adotando uma atitude investigativa diante dos fenômenos a que é exposto (LOBATO, 2010)¹. Nesse aspecto, seguimos também a metodologia de Pilati (2017), referida como aprendizagem linguística ativa, que propõe o uso de materiais concretos na representação do sistema linguístico, o que está em perfeita consonância com a pedagogia visual recomendada para estudantes surdos.

Muitos desdobramentos poderiam ser citados, mas não haveria como contemplar os inúmeros projetos desenvolvidos, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, com muitos resultados significativos, nas diferentes subáreas da linguística. Essa atuação não poderia ser desenvolvida sem a inclusão educacional dos surdos, destacando-se o lançamento de Edital específico para surdos no Programa de Pós-Graduação em Linguística, com reserva de vagas e as devidas condições de seleção diferenciada. Os resultados são definitivos, no sentido de avançar o conhecimento na área dos estudos surdos e na formação de pesquisadores surdos, que hoje atuam não só na Universidade de Brasília, mas também em outras Universidades públicas, em Institutos Federais, em Centro Universitários, em Faculdades, além da Educação Básica.

Organizadores – Professora Heloisa, qual a sua opinião sobre a inclusão da disciplina de Libras nos cursos de Licenciatura?

H. M. M. L. de A. S. – Conforme mencionei anteriormente, a inclusão da disciplina Libras nos cursos de Licenciatura, e no curso de Fonoaudiologia, atende a uma determinação legal, particularmente da Lei de Libras, e do Decreto que a regulamenta. Nesse aspecto, o legislador adotou o ponto de vista de que a educação linguística é indispensável não só para os surdos, mas também para os ouvintes. As línguas naturais, em sua diversidade e universalidade, são um patrimônio de valor inestimável para os grupos humanos. Com esse entendimento, podemos avançar muito como sociedade, pela possibilidade de desenvolver o respeito às suas múltiplas manifestações e a valorização do conhecimento que delas decorre, a ser compartilhado e protegido por toda a sociedade, como um bem social e cultural. Por essa razão, o bilinguismo (e o multilinguismo) deve ser visto como um fenômeno natural, que podemos ampliar, constantemente, por nossa capacidade inata de adquirir língua, ou línguas! Sabemos que quanto mais cedo melhor, porém nunca é

¹ Originalmente publicado em 2003.

tarde para conhecer uma nova língua! Que possamos desenvolver o conhecimento da Libras como um bem em nossas vidas, não será em vão!

Organizadores – Professora Heloisa, você poderia indicar alguns livros ou artigos ou outras publicações sobre o tema para leitores interessados?

H. M. M. L. de A. S. – *Citar publicações em relação ao tema do português como segunda língua na modalidade escrita para surdos é uma tarefa difícil, pois são muitas as contribuições que deveriam constar. Para além desse tema, teríamos de incluir também os estudos correlatos, voltados para a primeira língua, a Língua de Sinais Brasileira (LSB), e demais línguas de sinais, além daqueles que se dedicam à aquisição de língua e à complexa questão do bilinguismo, pelo ponto de vista do contato de línguas, da política e do ensino de línguas. Por essa razão, vou sugerir que os interessados façam uma busca nos repositórios de dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação das Universidades brasileiras, que têm dedicado muita atenção a esses temas. Destaco também o Portal Libras da Universidade Federal de Santa Catarina, que reúne material bibliográfico precioso.*

Considerando o tema específico do português como segunda língua na modalidade escrita para surdos e, na expectativa de que seja uma contribuição singela, diante da monumental produção científica alcançada até o momento, passo a indicar alguns estudos produzidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, sob minha coordenação ou orientação acadêmica, que estão disponíveis no domínio público, começando com a obra que citei anteriormente, que está disponível no site do MEC.²

² Obras indicadas pela entrevistada:

SALLES, H. M. M. L. *et al.* **Ensino de língua portuguesa para surdos**: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC: SEESP, 2004. v. 1. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lpvol1.pdf>. Acesso em: 17 maio 2021.

SALLES, H. M. M. L. *et al.* **Ensino de língua portuguesa para surdos**: caminhos para a prática pedagógica. Brasília, DF: MEC: SEESP, 2004. v. 2. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lpvol2.pdf>. Acesso em: 17 maio 2021.

LIMA-SALLES, H. M. M.; Vianna, A. C. C. Estudo da interlíngua de surdos usuários de Língua de Sinais Brasileira na aquisição de português (L2): nominais nus e definidos genéricos. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 241-264, jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/issue/view/89>. Acesso em: 17 maio 2021.

LIMA-SALLES, H. M. M.; PIRES, L. C. Desenvolvimento linguístico na aquisição de português L2 (escrito) por surdos: a estrutura do sintagma nominal. **Revista da ABRALIN**, Campinas, v. 1, n. 3, p. 189-208, 2011. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1090>. Acesso em: 17 maio 2021.

LIMA-SALLES, H. M. M.; MESQUITA, A. C. R.; SILVA, R. C. J. da *et al.* Enunciados Inferenciais e Estrutura Gramatical na Interlíngua de Surdos Aprendizes de Português L2. **Revista Espaço**, Rio de

REFERÊNCIAS

- CHOMSKY, N. **The Minimalist Program**. Cambridge: MIT Press, 1995.
- LIMA-SALLES, H. M. **Bilinguismo dos surdos**: questões linguísticas e educacionais. Goiânia: Cânone, 2007.
- LIMA-SALLES, H. M. M.; NAVES, R. R. (org.). **Estudos gerativos de língua de sinais brasileira e de aquisição de português (L2) por surdos**. 1. ed. Goiânia: Cânone, 2010.
- LOBATO, L. **O que o professor de ensino básico deve saber sobre gramática?** Linguística e Ensino de Língua. Brasília, DF: Editora da UnB, 2010. (Coleção Lúcia Lobato). Originalmente publicado em 2003.
- MONTEIRO, M. S. Mestres e Doutores Surdos: Sobre a Crescente Formação Especializada de Pessoas Surdas no Brasil. **Revista Virtual de Cultura Surda**, Petrópolis, n. 23, p. 1-40. maio 2018. Disponível em: https://editora-arara-azul.com.br/site/revista_edicoes/detalhes/59. Acesso em: 17 maio 2021.
- PILATI, E. **Linguística, gramática e aprendizagem ativa**. Campinas: Pontes Editores, 2017.
- SALLES, P. S. B. de A.; GAUCHE, R. (org.). **Educação Científica, Inclusão Social e Acessibilidade**. 1 ed. Goiânia: Cânone, 2011.
- SANDLER, W.; LILLO-MARTIN, D. **Sign Language and Linguistic Universals**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
-
- Janeiro, n. 44, jul./dez. 2015, p. 105-124. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/seer/index.php/revista-espaco/article/view/73/60>. Acesso em: 17 maio 2021.
- CALIXTO, S. S. F.; SALLES, H. M. M. L. Argumentos locativos em estruturas com verbos de movimento na língua de sinais brasileira. **Polifonia**, Cuiabá, v. 25, n. 38.1, p. 164-173, 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/issue/view/Estudos%20de%20Linguagem>. Acesso em: 17 maio 2021.
- MESQUITA, A.; SALLES, H. Interferência de verbos de concordância da Libras (L1) no uso de preposições na interlíngua de surdos aprendizes de português L2 (escrito). **Revista Linguística**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 200-232, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.31513/linguistica.2020.v16n1a31620>. Acesso em: 17 maio 2021.
- ANDRADE, T. R. de; LIMA-SALLES, H. M. M. Pronomes pessoais na interlíngua do surdo aprendiz de português (L2) escrito. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 49, n. 3, p. 1166-1184, dez. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v49i3.2620>. Acesso em: 17 maio 2021.
- FERREIRA, H. C.; SALLES, H. M. M. L. de A. A marcação da reciprocidade na Língua de Sinais Brasileira. In: RODRIGUES, C. H.; QUADROS, R. M. de (org.). **Estudos da Língua de Sinais Brasileira**. v. V. Florianópolis: Editora Insular, 2020. p. 63-79. *E-book*. Disponível em: <https://insular.com.br/produto/estudos-da-lingua-brasileira-de-sinais-volume-v/>. Acesso em: 17 maio 2021.

Sobre a entrevistada

Heloisa Maria Moreira Lima de Almeida Salles

Possui graduação em Letras pela Universidade de Brasília (1985), mestrado em Linguística pela Universidade de Brasília (1991) e doutorado em Linguística pela University of Wales (1997). É professora associada da Universidade de Brasília. Atua na área de Linguística, na abordagem da Teoria Gerativa, investigando, principalmente, os seguintes temas: sintaxe de complementação e sintaxe de preposições, com ênfase em línguas românicas, germânicas, língua brasileira de sinais, aquisição de português L2, educação linguística. Foi Coordenadora do Curso à Distância de Graduação "Letras Libras" - Pólo Universidade de Brasília - 2008 - 2012 Turma 2008: Bacharelado Letras Libras - com habilitação em Interpretação Turma 2008: Licenciatura Letras Libras Gestora do Convênio: Fundação Universidade de Brasília (FUB)/ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Sobre os entrevistadores

Katia Nazareth Moura de Abreu

Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Mestre em Linguística pela mesma universidade. É professora no Departamento de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro no setor de Estudos de Linguagem, docente no Curso de Especialização em Língua Portuguesa e membro permanente do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS). Na pesquisa, tem se dedicado às áreas de Morfologia, Psicolinguística Experimental e Leitura. É membro (pesquisador) do Grupo de Pesquisa "Formação de Professores, linguagens e justiça social" (FFP-UERJ-CNPq). É pesquisador no Laboratório de Psicolinguística Experimental (LAPEX-UFRJ) e é professor colaborador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguística Teórica e Experimental (GEPEX-UFF).

Eloisa Nascimento Silva Pilati

Licenciada e Bacharel em Letras-Português (1998), realizou mestrado e doutorado em Linguística na Universidade de Brasília (2000-2006) e pós-doutorado no Massachusetts Institute of Technology - MIT (2015) e foi professora visitante na Universidade Nova de Lisboa (2020), pelo Programa Capes Print (88887.511576/2020-0). É professora adjunta da Universidade de Brasília, no Departamento de Linguística Português e Línguas Clássicas (LIP), atuando na graduação e na pós-graduação. Foi coordenadora do Curso de Licenciatura em Letras-Português, noturno, (2014), do Projeto Prodocência/Letras CAPES (2013), Pibid/Letras (2018-2020), Coordenadora de Integração das Licenciaturas da UnB (2019-2020). Atualmente, é Diretora de Planejamento de Acompanhamento das Licenciaturas (DEG/UnB) e lidera os Grupos de Pesquisa: "O Centro-Oeste na história do Português Brasileiro/CNPq" e "Novas perspectivas para a língua portuguesa na sala de aula/CNPq".

Marcus Antonio Rezende Maia

Doutor em Linguística pela University of Southern California – USC, (1994). Realizou estágio de pós-doutorado na área de Processamento da Linguagem como pesquisador visitante na City University of New York – CUNY (2003-2004). Atualmente é Professor Titular de Linguística do Departamento de Linguística e do Programa de Pós-graduação em Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi coordenador do Programa de Pós-graduação em Linguística entre 2010 e 2015. Representou o Centro de Letras e Artes da UFRJ no Conselho Superior de Pós-graduação (CEPG/UFRJ), por dois mandatos, entre 2009 e 2015. É bolsista de Produtividade em Pesquisa, nível 1C (CNPq) e Cientista do Nosso Estado (FAPERJ) no triênio 2015-2018. Fundou e coordena o Laboratório de Psicolinguística Experimental (LAPEX), grupo de pesquisa da UFRJ, registrado no CNPq, em 2001. Atua nas áreas de Psicolinguística, Teoria e Análise Linguística e Línguas Indígenas Brasileiras, desenvolvendo pesquisas e orientando projetos sobre processamento sintático e lexical, sintaxe experimental, teoria da gramática, línguas indígenas brasileiras.